



ÁSIA MERIDIONAL

A Ásia é o maior e mais povoado continente do mundo e tem uma grande importância geoestratégica para a UE, que está a criar laços mais estreitos com os países do Sul da Ásia, enquanto forte parceiro económico e um doador fundamental em matéria de desenvolvimento, assim como um importante doador de ajuda, agindo para fomentar o desenvolvimento das instituições, a democracia, a boa governação e os direitos humanos. A UE tem também algumas preocupações no que diz respeito à segurança na região, nomeadamente o conflito na Caxemira a situação no Afeganistão.

A presente ficha informativa descreve a região da Ásia Meridional. Consulte igualmente as fichas informativas sobre a Ásia Oriental (ver ficha [5.6.8.](#)) e a Ásia do Sudeste (ver ficha [5.6.9.](#)).

BASE JURÍDICA

- Título V (ação externa da UE) do Tratado da União Europeia (TUE);
- Artigos 206.º e 207.º (comércio) e artigos 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);
- Acordos de Parceria e Cooperação (APC) (relações bilaterais).

ASSOCIAÇÃO DA ÁSIA DO SUL PARA A COOPERAÇÃO REGIONAL (SAARC)

A UE incentiva a integração regional e apoia a Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC). Os países membros da SAARC são o Afeganistão, o Bangladeche, o Butão, a Índia, as Maldivas, o Nepal, o Paquistão e o Sri Lanca. A UE, a China, o Irão, o Japão, a Coreia do Sul, a Maurícia, a Birmânia/Mianmar e os EUA têm estatuto de observador na SAARC.

A UE é o principal parceiro comercial da SAARC, com 112 mil milhões de EUR (valores de 2016). Este valor representa cerca de 16 % do comércio global da SAARC com o resto do mundo e 23 % do seu mercado de exportação. A cooperação para o desenvolvimento entre a UE e os países da Ásia Meridional abrange a ajuda técnica e financeira, assim como a cooperação económica. As prioridades são a estabilidade regional, a redução da pobreza, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a boa governação e os direitos laborais. A cooperação UE-SAARC visa promover a



harmonização de normas e a simplificação das trocas comerciais e sensibilizar para os benefícios da cooperação regional.

A. Índia

A parceria estratégica entre a UE e a Índia promove o comércio e a cooperação económica. Cada parceiro tem regiões que diferem grandemente em termos de poder económico, língua e cultura, um mercado muito vasto e uma posição geoestratégica que suscita preocupações em matéria de segurança. A [resolução do Parlamento Europeu de 13 de setembro de 2017](#) sobre as relações políticas da UE com a Índia recomenda a preparação de uma nova estratégia da UE coerente para as suas relações com a Índia, com prioridades claras. A nova estratégia está a ser preparada e deve reforçar ainda mais a evolução da relação da UE com a Índia, através do reforço da participação da UE no processo de modernização da Índia, devendo também renovar o empenho de ambas as partes em desenvolver uma resposta comum para os desafios ambientais, económicos e de segurança globais.

A 14.^a Cimeira UE-Índia, em Deli, realizou-se em 6 de outubro de 2017. A declaração conjunta da cimeira reiterou o compromisso das partes envolvidas relativamente ao reforço da parceria estratégica UE-Índia, tendo ainda debatido a política externa e de segurança, a migração, o comércio, as alterações climáticas, a investigação e a inovação. A Índia tem um enorme potencial em termos de crescimento económico e enquanto importante interveniente estratégico a nível internacional. A Índia está a levar a cabo reformas políticas e económicas centradas na modernização da administração, na boa governação, na luta contra a corrupção através de programas de desmonetização e de transparência, no combate aos problemas sociais, no desenvolvimento da economia mediante iniciativas como a «Made in India» e «Invest in India», assim como na criação de um imposto nacional sobre bens e serviços.

O Programa de Ação UE-Índia 2020, aprovado na cimeira de 2016, estabelece fóruns de consulta no domínio da política externa e de segurança. A Índia é uma potência nuclear, como os seus vizinhos do Paquistão e da China, e enfrenta problemas de segurança, terrorismo e confrontos armados nas fronteiras, especialmente com o Paquistão, no estado autónomo de Jammu e em Caxemira.

O sistema de castas na Índia é uma das mais antigas formas de organização de classes sociais, o que suscita preocupações relativamente à constante discriminação com base na casta. O país é também um mosaico étnico e linguístico, registando-se tensões num certo número de Estados e havendo relatos de graves violações dos direitos humanos e dos direitos das mulheres e das crianças.

A UE e a Índia retomaram o debate sobre as formas de dar continuidade às negociações relativas a um acordo de comércio livre, também conhecido como acordo alargado sobre comércio e investimento. A UE é o principal parceiro comercial da Índia, com uma percentagem de 13 % do total do seu comércio de mercadorias em 2017. O comércio bilateral de mercadorias entre a UE e a Índia foi avaliado em 86 mil milhões de EUR em 2017, com um excedente de 2,5 mil milhões de EUR a favor da Índia. A UE é também uma das mais importantes fontes de investimento do país, com 73 mil milhões de EUR de saídas e 5 mil milhões de EUR em entradas em 2016. A Índia beneficia atualmente de tarifas preferenciais unilaterais ao abrigo do Sistema



de Preferências Generalizadas da UE (SPG), que vincula as preferências comerciais unilaterais ao respeito pelos direitos humanos e laborais.

B. Paquistão

As relações entre a UE e o Paquistão datam de 1962 e baseiam-se, atualmente, no acordo de cooperação de 2004. Enquanto importante doador em matéria de desenvolvimento, assim como um importante doador de ajuda, a UE apoia a promoção da democracia e o reforço institucional no Paquistão. A UE tem sérias preocupações quanto à situação dos direitos humanos, a lei sobre a blasfémia e os tribunais militares especiais do Paquistão.

As eleições para a Assembleia Nacional e as assembleias provinciais, em julho de 2018, tiveram lugar num contexto de tensões políticas entre a Liga Muçulmana do Paquistão, grupo de Nawaz Sharif (PML-N), então no poder, e as forças da oposição, lideradas pelo partido paquistanês Tehreek-e-Insaf (TI), que acabou por ganhar as eleições. A UE enviou uma missão de observação eleitoral (MOE), liderada pelo chefe dos observadores, Michael Gahler (PPE, Alemanha), composta por dez observadores do Parlamento Europeu.

O mundo político paquistanês tem vivido perturbações desde as revelações de corrupção do antigo primeiro-ministro, Nawaz Sharif, no caso dos Documentos do Panamá, em 2016. Sharif foi forçado a demitir-se, em julho de 2017, tendo sido condenado a uma pena de prisão de dez anos em 6 de julho de 2018.

A repartição de poderes entre a administração civil e as forças armadas e judiciárias continua a ser a principal preocupação após as eleições. O exército ainda está envolvido na política interna e externa, com um amplo mandato para questões de segurança e de luta contra o terrorismo, ao passo que as tensões sectárias, o terrorismo e a insegurança aumentam diariamente. Em 13 de julho de 2018, o Paquistão foi vítima do seu mais grave atentado terrorista desde 2014.

As prioridades do governo são o crescimento económico e a luta contra o terrorismo e o extremismo religioso. Enquanto potência nuclear, as relações internacionais do Paquistão são condicionadas pelo medo da guerra com a Índia, por causa da região de Caxemira, pela interferência militar dos EUA e pela instabilidade no Afeganistão.

O Paquistão é um dos principais beneficiários de preferências comerciais unilaterais da UE, ao abrigo da componente SPG+ do SPG, reintroduzida em 2014. Como parte do processo, a Comissão do Comércio Internacional do PE acompanha o cumprimento dos requisitos do SPG+, com base no relatório de avaliação bienal da Comissão sobre o Paquistão (2016-2017). A UE é o segundo maior parceiro comercial do Paquistão (a seguir à China), com um total de trocas comerciais bilaterais que ascende a 12,8 mil milhões de EUR, em 2017, absorvendo a UE mais de 35 % do total das exportações do Paquistão. O Paquistão tem um excedente comercial de 500 milhões de EUR com a UE.

A UE é um importante doador de ajuda ao desenvolvimento e de ajuda humanitária ao Paquistão. O financiamento ao abrigo do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento ascende, para o período de 2014-2020, a 653 milhões de euros



e incide no desenvolvimento rural, na educação, na boa governação, nos direitos humanos e no Estado de Direito.

C. Afeganistão

Após a queda do regime talibã, em 2001, a UE abriu uma delegação em Cabul. Em 26 de junho de 2017, a Alta Representante/Vice-Presidente nomeou um enviado especial, que entrou em funções em 1 de setembro de 2017. Foi assinado em 18 de fevereiro de 2017 um Acordo de Cooperação UE–Afeganistão em matéria de Parceria e Desenvolvimento (ACPD), que entrou provisoriamente em vigor em 1 de dezembro de 2017, na pendência de ratificação de todos os Estados-Membros da UE. Uma comunicação conjunta da Alta Representante e da Comissão, de 24 de julho de 2017, intitulada «Elementos para uma nova estratégia da UE para o Afeganistão», foi apoiada pelas conclusões do Conselho de 16 de outubro de 2017. Está também em vigor um diálogo Afeganistão-UE em matéria de direitos humanos. Em 26 de agosto de 2018, a UE e os seus Estados-Membros aprovaram o roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil no Afeganistão para o período 2018-2020.

O Afeganistão concluiu a sua primeira transição democrática em setembro de 2014, data em que Ashraf Ghani tomou posse como presidente. O resultado das eleições presidenciais desencadeou uma grave crise institucional e o rival político do presidente, Abdullah, foi designado chefe do governo. A Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) retirou-se em dezembro de 2014, mas permanecem cerca de 13 000 soldados dos EUA e da NATO (Missão de Apoio Resoluto), desempenhando um papel de formação e aconselhamento. Os talibã — e, mais recentemente, o grupo chamado Estado Islâmico (EI) — colocam sérios desafios em matéria de segurança. O Afeganistão está em risco de se tornar um «Estado falhado». Um reforço da cooperação regional seria um importante motor da estabilidade nacional e regional. Em setembro de 2017, os Estados Unidos destacaram 3 000 soldados adicionais e solicitaram à NATO que contribuísse com um contingente idêntico. A UE, com o forte apoio do Parlamento Europeu, pretende um processo de paz liderado, assumido e controlado pelos afegãos. De um ponto de vista institucional, os principais desafios que o Afeganistão enfrenta são as eleições legislativas e as eleições dos conselhos distritais (por realizar desde 2015), anunciadas para outubro de 2018, e a reforma constitucional, pendente desde as eleições de 2014.

O Afeganistão é o maior beneficiário de financiamento da UE em prol do desenvolvimento na Ásia. A UE afetou 1,4 mil milhões de EUR ao Afeganistão para o período de 2014-2020, com incidência na agricultura, no desenvolvimento rural, na saúde, no Estado de Direito, na polícia, na democratização e na responsabilização. Cerca de 20 % dos fundos estão reservados a «pagamentos de incentivos», subordinados a reformas. A comunidade internacional prometeu 13,6 milhões de EUR para apoiar a paz, a segurança e o desenvolvimento económico no Afeganistão durante o período de 2017-2020. Na Conferência de Bruxelas para o Afeganistão, em outubro de 2016, a UE e os seus Estados-Membros, o maior doador internacional do Afeganistão, prometeram, em conjunto, 5 mil milhões de EUR. Em 27 de março de 2017, foi organizada na cidade de Tashkent a Conferência Internacional sobre o Afeganistão, intitulada «Processo de paz, cooperação em matéria de segurança e conectividade regional». A UE é o 10.º maior parceiro comercial do Afeganistão, com



trocas comerciais de um valor total de 352 milhões de EUR em 2017. O Afeganistão beneficia do regime de trocas comerciais mais favorável da UE, o regime «Tudo Menos Armas» (TMA).

O Parlamento manifestou a sua grande preocupação face à insurreição crescente e às ações perpetradas pelos talibãs contra as minorias, nomeadamente a comunidade xiita Hazara. Os cidadãos afegãos constituem o segundo maior contingente de refugiados chegados à UE durante a «grande vaga» de 2015 e 2016. Em outubro de 2016, a UE e o Afeganistão assinaram um documento intitulado «Joint Way Forward on migration issues» (Caminho Conjunto para as Questões da Migração). A UE presta também apoio ao grande número de repatriados que, desde 2016, regressam ao Afeganistão, provenientes do Paquistão e do Irão.

D. Bangladeche

As Relações UE–Bangladeche datam de 1973. O Acordo de Cooperação de 2001 abrange o desenvolvimento económico do Bangladeche, os direitos humanos, a boa governação e o ambiente. A terceira sessão de consultas diplomáticas UE–Bangladeche realizou-se em 19 de julho de 2018, abrangendo uma vasta gama de questões políticas e desenvolvimentos de ambas as partes: direitos humanos e governação, comércio e investimento, incluindo as preferências comerciais da UE «Tudo menos armas», as relações do Bangladeche com a UE no período após a saída do grupo de PMD e outras questões regionais e globais como a crise dos Rohingya, a conectividade, a migração e a Agenda 2030.

A UE apoia globalmente a agenda de reformas do Governo do Bangladeche e sublinha a necessidade de este cumprir as suas promessas e garantir o cumprimento das suas obrigações em matéria de direitos humanos. A reunião entre UE e Bangladeche sobre direitos humanos e governação realizou-se em 24 de abril de 2018.

A UE prometeu um máximo de 690 milhões de EUR, ao abrigo do Programa Indicativo Plurianual de 2014-2020.

O Bangladeche é uma democracia parlamentar onde o poder alterna entre dois partidos, a Liga Awami (LA) e o Partido Nacionalista do Bangladeche (BNP). A LA ganhou as últimas eleições legislativas de 2014 e Sheikh Hasina tornou-se primeira-ministra. Na sequência de confrontos violentos em 2015 entre os dois partidos, a situação política permanece frágil e pautada pela instabilidade em termos de segurança e pelo aumento do extremismo religioso. O BNP organiza greves regulares e conta com um forte apoio de estudantes e trabalhadores. Atualmente, existem relatos cada vez mais frequentes de abusos dos direitos humanos e de uma escalada de violência política e sectária.

Graças a um setor privado dinâmico e a uma mão de obra de baixo custo, o crescimento económico do Bangladeche é atualmente de cerca de 7 %, sendo um dos poucos países a ter alcançado os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. As condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores na indústria têxtil melhoraram desde o Pacto de Sustentabilidade do Bangladeche, lançado após o trágico incidente de Rana Plaza, em julho de 2013. No entanto, a agitação laboral continua a ser



um problema grave no país, em especial nas zonas onde se situam as fábricas de vestuário nos arredores de Daca.

Enquanto país menos avançado (LDC), o Bangladesh beneficia do regime TMA, o regime comercial mais favorável disponível ao abrigo do SPG da UE. A UE é o principal parceiro comercial do Bangladesh, com 23 % do total das trocas comerciais bilaterais de 2017, que ascendem a 11,2 milhões EUR.

Desde agosto de 2017, pelo menos 655 000 refugiados Rohingya fugiram da perseguição no Mianmar/Birmânia para o Bangladesh. Na sua maioria, não têm acesso a alimentos ou a infraestruturas básicas. A situação só pode ser resolvida se o Bangladesh e Mianmar/Birmânia aplicarem o seu plano de repatriamento de 23 de novembro de 2017.

E. Sri Lanca

As relações UE–Sri Lanka datam do Acordo de Cooperação de 1975, atualizado em 1995 por um Acordo de Cooperação em matéria de Parceria e Desenvolvimento de terceira geração. A UE voltou a conceder ao Sri Lanka os benefícios do SPG+ em maio de 2017, como incentivo para as reformas políticas e o cumprimento das convenções internacionais em matéria de direitos humanos, direitos dos trabalhadores, proteção do ambiente e boa governação. Na sequência da concessão às exportações do país de acesso à UE, ao abrigo do Sistema de Preferências Generalizadas + da UE (SPG+), em maio de 2017, o Parlamento Europeu está a acompanhar de perto os progressos do Sri Lanka no que diz respeito ao cumprimento efetivo dos critérios do SPG+. O grupo de trabalho UE-Sri Lanka sobre governação, Estado de Direito e direitos humanos reuniu em 5 de junho de 2018.

A UE é o segundo maior parceiro comercial do Sri Lanka (a seguir à Índia), com um comércio bilateral de mercadorias no valor de 4,4 mil milhões de EUR, em 2017, e um saldo comercial de mil milhões de euros em benefício do Sri Lanka.

Na última década, a UE atribuiu ao Sri Lanka 760 milhões de EUR de ajuda ao desenvolvimento.

O Sri Lanka viveu uma guerra civil de 1983 a 2009, que opôs o governo de maioria cingalesa e os Tigres de Libertação do Elam Tamil (LTTE). Incentivado pela vitória do exército, o então Presidente Mahinda Rajapaksa organizou eleições presidenciais antecipadas em janeiro de 2015, mas foi derrotado por Maithripala Sirisena, do Partido da Liberdade do Sri Lanka (SLFP). O presidente Maithripala Sirisena designou como seu primeiro-ministro Ranil Wickremesinghe, do Partido Nacional Unido (UNP). Após as eleições parlamentares de agosto de 2015, o UNP formou um governo de unidade com a SLFP, com base num programa de boa governação, reconciliação nacional e relações com a comunidade internacional. A mudança de governo conduziu a um forte crescimento económico, bem como ao reforço da cooperação com a UE.

O próximo desafio político é consolidar a estabilidade política e reforçar as instituições democráticas com uma nova Constituição, que deverá ser adotada em 2018.

Em resultado dos progressos decorrentes da introdução, em 21 de abril de 2016, de um quadro jurídico conforme com as obrigações internacionais do sistema de governação das pescas para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN),



a Comissão Europeia levantou as restrições impostas às exportações de peixe do Sri Lanka para a UE.

F. Nepal

As relações entre a UE e o Nepal datam de 1973 e baseiam-se no Acordo de Cooperação de 1996. Com perto de um quarto da população a viver com menos de 2 dólares por dia, 25 % do orçamento do Nepal depende da ajuda externa. A 10.^a reunião da Comissão Conjunta UE-Nepal realizou-se em 28 de junho de 2018 e fez o balanço da aplicação das atuais modalidades de cooperação, em especial no setor da educação, da nutrição e do desenvolvimento rural, onde a criação de valor acrescentado a determinados produtos agrícolas é apoiada para estimular a criação de emprego e o crescimento da economia. O acordo de financiamento da contribuição da UE para a agricultura e o desenvolvimento rural (CARD) no Nepal, avaliado em 40 milhões de EUR, foi assinado na reunião. A UE é um dos maiores doadores de ajuda ao desenvolvimento ao Nepal, tendo triplicado a assistência ao desenvolvimento que atribuiu, para 360 milhões EUR durante o período de 2014-2020. A UE também reiterou a importância para o Nepal de beneficiar de maiores vantagens das preferências comerciais concedidas pela UE ao abrigo do regime «Tudo menos armas» (TMA), uma vez que as trocas comerciais bilaterais ascenderam a 380 milhões de EUR em 2017.

Existem elevados níveis de desigualdade entre as castas superiores e inferiores e comunidades marginalizadas, como os Madhesi. A China e a Índia competem por influência no país que se reconstrói lentamente desde os terremotos de 2015.

Uma missão de observação eleitoral da UE acompanhou eleições no Nepal, tanto para as câmaras do parlamento como para as assembleias provinciais, em 26 de novembro e em 7 de dezembro de 2017. A Aliança Comunista (formada pelo partido comunista do Nepal marxista-leninista unificado, CPN-UML, e pelo partido comunista do Nepal maoísta, CPN-MC) derrotou o Partido do Congresso com uma maioria esmagadora nas eleições legislativas. A Aliança Comunista também ganhou as eleições para seis das sete assembleias provinciais. Após o boicote pelos representantes Madhesi, em Terai, as eleições locais decorreram finalmente de maio a setembro de 2017, em três fases.

G. Butão

Isolado do mundo exterior há séculos, o Butão é um reino com tradições budistas ancestrais, minúsculo e remoto, localizado nos Himalaias, entre a Índia e a China. O país está a adaptar-se à globalização e a fortalecer a sua economia, preservando simultaneamente as suas tradições ancestrais. O Butão transitou de forma pacífica para uma democracia parlamentar, regida por uma constituição adotada em 2018, que garante a separação de poderes numa monarquia constitucional.

O Programa Indicativo Plurianual da UE para 2014-2020 atribuiu 42 milhões de EUR de assistência ao Butão. Desde 1982 que a UE tem uma forte presença no Butão, trabalhando para reduzir a pobreza, promover a democratização e a boa governação, bem como apoiar a agricultura sustentável e os recursos naturais renováveis. Em 24 de maio de 2018, foi lançado um novo «projeto de apoio ao comércio UE-Butão»,



com o objetivo de melhorar o acréscimo de valor, as ligações de mercado e o quadro regulamentar em matéria de comércio e investimento.

A delegação do Parlamento Europeu para as relações com a Ásia do Sul visitou o país em maio de 2017. O Parlamento Europeu reconheceu várias vezes a filosofia de desenvolvimento única do Butão, iniciada aquando da abertura à globalização. Esta estratégia baseia-se no conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), que mede a qualidade de vida da população e procura um equilíbrio entre o desenvolvimento espiritual e material.

H. Maldivas

As relações UE–Maldivas datam de 1983, altura em que o chefe da Delegação da Comissão em Colombo foi acreditado enquanto embaixador não-residente. Embora não exista ainda qualquer acordo formal de cooperação, a UE presta apoio à cooperação às comunidades rurais, ao turismo e à atenuação dos efeitos das alterações climáticas. Em 16 de julho de 2018, o Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE adotou um enquadramento para medidas restritivas específicas contra as pessoas e entidades responsáveis por prejudicar o Estado de Direito ou pela obstrução a uma solução política inclusiva nas Maldivas, bem como contra pessoas e entidades responsáveis por graves violações dos direitos humanos.

Após um período de instabilidade política em 2015, a situação em matéria de direitos humanos deteriorou-se progressivamente, com a crescente repressão da oposição. Em julho e agosto de 2017, o antigo Presidente Yameen ordenou ao exército que encerrasse o parlamento, evitando assim a sua destituição, e em setembro de 2018 declarou o estado de emergência durante um mês.

O líder da oposição, membro do Partido Democrático das Maldivas (MDP), Ibrahim Mohamed Solih, ganhou as eleições presidenciais de 23 de setembro de 2018. Após uma semana de contestação e tentativas de anular a votação, o Presidente da Comissão Eleitoral das Maldivas confirmou que Solih tinha obtido 58 % dos votos, batendo o antigo presidente, Abdulla Yameen, do Partido Progressista das Maldivas (MPM).

As Maldivas são conhecidas como um destino de férias de luxo. Extremamente vulnerável às alterações climáticas, este frágil arquipélago está exposto à subida do nível do mar e à erosão costeira, que constituem uma grave ameaça para a viabilidade do país. Outra realidade é a elevada taxa de desemprego dos jovens, a violência dos gangues e a toxicodependência, com uma crescente agitação social.

Em 2011, as Maldivas saíram da categoria dos países menos avançados (LDC) das Nações Unidas e obtiveram o estatuto de país de rendimento médio superior em 2013. A economia baseia-se essencialmente no turismo e na pesca. A UE é o quarto parceiro comercial das Maldivas, representando 10 % do total do seu comércio de mercadorias (2017).

Jorge Soutullo / Anna Saarela
10/2018

